

Literatura Cívico Patriótica: República, Educação e Manuais Didáticos no Pará Republicano (1900-1920)

WANESSA CARLA RODRIGUES CARDOSO *

No Brasil republicano, a escola e a instrução serão apropriadas pelo regime republicano. Com esse intento, a instrução torna-se uma das bandeiras da Primeira República, e a escola um veículo importante de transmissão das novas ideias que configurariam a nova nação republicana. Ampliam-se o número de grupos escolares, de produção de livros ou manuais didáticos, e de estratégias de ensino e formação ou homogeneização do professorado aos novos preceitos, com vias a superar o atraso e a degradação herdada do Império. Segundo Bittencourt:

A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos [...] devendo, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros. (BITTENCOURT, 2011, p. 56).

A educação republicana tinha essencialmente uma preocupação com a formação moral e cívica da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico, este homem instruído, com independência e liberdade de ações, e que estivesse qualificado para contribuir e disseminar o progresso.

A ideia de direito, assim como a própria ideia de cidadania, é um fenômeno histórico. Com direitos civis, políticos e sociais, tão precários na Primeira República, não existia uma cidadania, mais uma “estadania”, em que o Estado ocupa um papel central e utiliza os princípios de “cidadania” como elemento de manutenção da ordem republicana, ficando a população à margem dos processos decisórios. Republicanizar era preciso, e as reformas educacionais instituídas seriam fundamentais nesse processo. (CARVALHO, 1989; 2002; 2011).

Em Belém, os modelos europeus, que influenciaram sobremaneira o processo de modernização da cidade, alcançaram a questão educacional, por meio das formulações e discursos dos intelectuais e autoridades empenhadas em reorganizar a Instrução Pública.

*Bacharel e Licenciada em História (UFPA); Especialista em Estudos Culturais da Amazônia; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, linha de pesquisa Currículo e Formação de Professores; Doutoranda no programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST) wanakal@yahoo.com.br

A reforma do ensino primário esteve entre as primeiras iniciativas dos governos republicanos no âmbito educacional, engendradas pelo governo provisório (1889-1891) de Justo Chermont do qual José Veríssimo fora Diretor da Instrução Pública. Segundo os estudos empreendidos por Moraes (2011), já neste primeiro momento implementa-se “uma concepção político educacional republicana”, pois:

Neste governo, se empreendeu a reforma completa do ensino primário, formulando-se novo regulamento, a descentralização da administração da instrução pública, a modificação curricular do ensino primário, a adoção de novos métodos de ensino e a preocupação com a formação dos professores primários. A partir dessa reforma, se implementa uma concepção político-educacional republicana, algo já propugnado pelos republicanos paraenses nas páginas do “A República”, a partir de 1886, e sistematizado no pensamento educacional de José Veríssimo. (MORAES, 2011, p. 86).

José Veríssimo, como Diretor de Instrução Pública no período de 1890 e 1891, implementou a primeira reforma no âmbito educacional no Pará republicano, através do decreto 149 de 7 de maio de 1890, com o intuito de modernizar a educação e de deixar para trás os males herdados do Império, responsáveis pelo fracasso educacional brasileiro, segundo a crença de republicanos históricos como Justo Chermont e Lauro Sodré.

Nesse sentido, a proposição de uma educação republicana é pensada como antítese da educação imperial, isto é, se afirma uma educação republicana a partir da negação da imperial, que considera que a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e feminina, sigam os ditames da moderna ciência pedagógica, adotada nos países civilizados. Com vistas de superar o atraso provocado pela instrução.

Os republicanos no Pará e no Brasil viam na escolarização a via essencial para o alastramento de seus ideais e a escola como lugar central para mudanças necessárias a realidade nacional. Assim, era imprescindível a disseminação dos ideais cívico-patrióticos no intuito de “nacionalizar” o povo brasileiro, formando o verdadeiro cidadão nacional. Com esse desígnio é que ganha importância o ensino de História e Geografia na Primeira República, reforçando sentimentos e valores de pertencimento a nação, e legitimando, através da instituição de uma memória, determinados grupos políticos, mais especificamente o republicano. (ABREU, 2012).

Assim, uma das vias de nacionalização do indivíduo e disseminação do projeto educacional republicano no Brasil e no Pará, foi por meio dos livros e manuais escolares, representados neste momento especialmente pelos chamados livros de leitura. Direcionados,

3

sobretudo, ao ensino primário os livros de leitura eram utilizados para o ensino da leitura e da escrita, e continham em seus conteúdos ensinamentos condizentes com a moral cívico-patriótica dos Estados republicanos. Por meio do Conselho Superior de Instrução Pública e pela Diretoria Geral de Instrução Pública, o Estado selecionava os livros a serem utilizados e os disponibilizava gratuitamente para a população mais pobre das séries iniciais. (RAZZINI, 2004).

Vale ressaltar, que a produção nacional de livros ou manuais escolares iniciou no Império, e se desdobrou de forma decisiva no projeto educacional republicano, com as massivas propagandas em favor da instrução, da escola, e do ensino primário, e com as campanhas cívicas em prol da modernização da imagem do país. Inculcando valores responsáveis pela uniformização do modelo de sociedade pretendido.

Dada a finalidade nacionalizadora do ensino primário, o Estado passa a controlar a adoção dos livros e manuais escolares, com a necessidade de padronização do ensino e adequação aos programas e currículos, definidos pelo próprio Estado. Sobre o controle e a relevância dos livros de leitura na Primeira República Razzini afirma:

Outro fator relevante do controle estatal na adoção de livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, restrição que, de saída, eximia o governo paulista de fornecer livros didáticos das demais matérias, às quais ficariam a cargo da “palavra do mestre”. Sem menosprezar as implicações econômicas, o que explica, em parte, a determinação oficial do uso exclusivo dos livros de leitura para os alunos é que a leitura havia se tornado uma prática escolar hegemônica nos quatro anos do curso primário, não só porque o ensino de língua materna detinha a maior carga horária do currículo, mas também porque se tornara a base do modo simultâneo e do ensino de outras matérias. Tal escolha explica também a multiplicidade de temas relacionados às outras matérias do currículo que passaram a fazer parte do corpus de textos dos livros de leitura. A precedência do ensino de língua materna sobre as demais disciplinas do currículo e a proeminência da leitura como sua principal atividade, ambas reforçadas pela determinação oficial de que os livros de leitura eram os únicos adequados para uso dos alunos, dimensionam a importância que os livros de leitura assumiram na formação do cidadão republicano, mobilizando diversos temas e conteúdos (morais, cívicos, científicos, higiênicos, geográficos, históricos, cotidianos, infantis, etc) com o objetivo de forjar uma educação moderna e civilizada, comprometida com a “ordem” e com o “progresso” da nação. (RAZZINI, 2004, p. 3).

No Pará, a efervescência cultural gerada pelo surto econômico da borracha influenciou indiscutivelmente a produção didática no início do século XX, com uma grande diversidade de livrarias e de gráficas, inclusive estrangeiras, especialmente francesas e portuguesas que por aqui circulavam. Foi expressiva, no entanto, a produção e editoração de livros didáticos de autores paraenses, em um contexto educacional profícuo de ampliação do ensino público e

inauguração de vários grupos escolares, como Veríssimo (1901), Rui Barbosa (1902). Entre as firmas editoriais mais expressivas, podemos citar: Taveira & Serra; Pinto Barbosa & Cia; A Loiola; A Porto de Oliveira & Cia; E a mais representativa entre elas, a Livraria Clássica (1855), que teve seu apogeu editorial vinculada a firma J.B. dos Santos & Cia, responsável em publicar inúmeras obras didáticas neste período; além dos oficiais, como Instituto Lauro Sodré e Imprensa Oficial. (MOREIRA, 1989; COELHO, M., 2004).

Esses manuais eram avaliados e aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, que assegurava sua qualidade didática e adequação as prescrições curriculares para cada disciplina, tornando-se veículo importante entre os objetivos estabelecidos pelo Estado e os professores e alunos das escolas públicas de Belém. Sobre a profícua produção de livros didáticos paraenses e a importância de autores e suas obras, Theodoro Braga escreve em *Apostilas de História do Pará*:

O valor e a importância dessas obras serão facilmente aferidos pela capacidade dos nomes que os firmam, aliás notória, e pela aprovação unânime do Conselho de Instrução Pública do Pará e mesmo da de outros Estados, com que a maioria desses trabalhos foi merecidamente recompensada. Do seu elogio como valor didático falam, por si, as repetidas edições com que o poder público as tem sagrado, preenchendo, de facto, lacunas antes sentidas no ensino primário. Pela bibliographia citada pode avaliar quanto empenho e patriotismo se há posto no movimento continuado em prol da instrução pública entre nós. Demais, todas as disciplinas indispensáveis tiveram compendiadores e tratadistas autorizados, que as desenvolveram com proficiência e methodo pratico útil, enriquecendo a pedagogia paraense com um material avultado, cuja proficuidade é manifesta nos resultados escolares verificados dia a dia. (BRAGA, 1915, p. 79).

Corrêa (2005, 2006), em seus estudos sobre o circuito do livro escolar amazonense, no período de 1852-1910, evidencia a grande quantidade de autores de livros didáticos paraenses com obras adotadas no estado do Amazonas, ressaltando também a figura do paraense Joaquim Pedro Correia de Freitas¹ como um dos primeiros e mais proeminentes autores de livros didáticos do Pará no século XIX. Sua obra *Paleógrapho, ou Arte de aprender a ler a*

¹ Nasceu em Cametá em agosto de 1829, diplomou-se em Medicina na Bahia em 1846, estudou em vários países da Europa, voltando ao Pará após três anos, onde atuou também no jornalismo, na política e na educação. Como homem, que tinha grande interesse pela Instrução Pública, foi professor e Secretário da Instrução Pública, além de inspetor e visitador escolar. De grande posição e prestígio, recusou vários títulos nobiliárquicos, e fez parte de várias associações culturais e científicas como, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades Geográficas de Paris, Lisboa, Rio de Janeiro, da Sociedade de Ciências Médicas de Portugal. (CUNHA, 1900). Autor consagrado de obras didáticas no Pará, em sua grande maioria obras repetidamente editadas, escreveu o 1º, 2º e 3º *Ensaio de leitura*, que em 1915 estava na 56ª edição e *Noções de Geographia e Historia do Brazil*, de 1863. (BRAGA, 1915, p. 76); Suas obras disponíveis na Biblioteca Arthur Vianna: *Ensaio de Leitura: para uso das escolas da Amazônia*, Pará 1910, tipografia L. Jablonski. 44. Ed.; e *Paleografo ou a arte de aprender á ler a letra manuscripta: para uso das escolas da Amazônia*- Paris, Jablonski. S.d.

letra manuscrita, para uso das escolas da Província do Pará (1871) está entre as primeiras destinadas ao uso escolar e ao ensino primário, e primeiras do gênero dos paleógrafos, foi amplamente utilizada nas escolas do Pará, Amazonas e algumas províncias do Nordeste. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é atribuída a Correia de Freitas a primeira obra de Geografia e História no Pará, *Noções de Geografia e de História do Brasil*, que segundo estudos de Moreira (1989), sobre os manuais didáticos no Estado, data de 1879.

Corrêa (2006) afirma ainda que havia diferenças entre *aprovação* e *adoção* de um livro escolar. Os livros somente aprovados, segundo ele, deveriam passar novamente pelo exame do Conselho Superior de Instrução Pública, para receberem o privilégio de serem adotados nas escolas.

Tais indicações nos levam à seguinte indagação: por que estes livros e não outros? Uma resposta possível seria que o critério adotado pelo Diretor levava em consideração a validade dos livros, em função dos conhecimentos que ele acreditava serem imprescindíveis na formação das crianças que frequentavam as escolas de primeiras letras. Nesse caso, a decisão de indicar certos livros (e não outros), estava intensamente marcada pela sintonia entre os conteúdos veiculados naqueles livros examinados pelo Diretor e a clareza que ele tinha acerca dos conteúdos que deveriam compor o currículo das escolas primárias. Ao mesmo tempo em que recomendava o material a ser lido, estabelecia os conteúdos a serem ensinados. (CORRÊA, 2006, p. 103).

Essa produção que se intensifica com o advento da República passa a ser uma das estratégias utilizadas pela intelectualidade para a afirmação do novo regime. Gomes (2009, 2010), em seus estudos aponta existência de um protagonismo dos intelectuais, nos anos iniciais da república no Brasil, que “assumem de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, [...] responsáveis em grande medida pelo atraso em que o país se encontrava.” (GOMES, 2009, p. 25).

A entrada de temas nacionais nos livros escolares brasileiros, próprio do advento do regime republicano, intensifica sua missão pedagógico-nacionalista com a obrigatoriedade do ensino primário, divulgando e criando a imagem de um país grande e moderno. Com esse intuito, determinados símbolos e valores são reforçados no currículo e outros excluídos, negados.

Gomes (2009), ao se ocupar em entender os debates travados no IHGB, sobretudo nos anos iniciais da República, no que diz respeito ao processo de constituição do saber e da disciplina História do Brasil, nos mostra que a problemática da educação e do ensino de História foi uma arena de luta e de afirmação desse saber/disciplina, assumida por

historiadores de ofício envolvidos nas esferas educacional, política e cultural dos Estados republicanos, preocupados com a escrita da História, sua aplicação social, sua dimensão *ensinável*, e suas estratégias de divulgação.

A história, no entendimento de seus praticantes, diferentemente de outras ciências sociais, possuía uma evidente “missão”, fundada em sua capacidade em fazer conhecer o “passado comum” de uma nação e, assim, despertar o amor à pátria de seus cidadãos. Quer dizer, a história, como disciplina moderna, afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que então se construía e solidificava sobre sua identidade, uma feição que era ao mesmo tempo, erudita/científica e ensinável/pragmática, indissocialmente. (GOMES, 2009, p.10)

Assim os conteúdos dos livros escolares de História, produzidos na Primeira República, tinham como vias atender uma dada finalidade educativa e política, para isso era necessário algum cuidado em sua elaboração quanto ao formato, ao número de páginas, aos acontecimentos que mereciam ser lembrados, e a forma de abordá-los, condizente com a necessidade de construir uma memória positiva da nação, sem, no entanto, deixar de transparecer seriedade e cientificidade.

A escrita da História para fins escolar, neste sentido, era dotada de características próprias, constituindo-se um saber distinto do acadêmico, pela identificação de seu papel e organização para atingir determinado fim, além disso, é continuamente reelaborada e redefinida dentro da escola na prática educativa.

A história ensinada, e que predominou nos livros, era marcadamente biográfica e factual, tinha neste momento o intuito de oferecer bons exemplos e lições cívico-patrióticas, tornando-se junto com a Geografia Pátria e Língua Pátria, uma disciplina fundamental na formação do cidadão nacional. (NADAI, 2011).

Entre as estratégias utilizadas por autores na elaboração dos manuais didáticos, predominava o emprego de um discurso ufanista, onde era necessário apresentar o Brasil aos brasileiros, ressaltando suas raízes, suas batalhas, a grandeza de seu território, suas qualidades naturais. Seus heróis e feitos, seja de natureza política, militar ou científico serviriam de modelo para estudantes, com tributos ou qualidades que deveriam ser cultivadas. Por outro lado, os nomes dos maus brasileiros, traidores da pátria, deveriam ser citados como exemplos a se evitar. Criavam-se, então, recursos que permitissem ao aluno transformar-se num patriota, através do conhecimento dos fatos e sua apreensão.

Estes livros traziam assuntos de cunho cívico e moral, representando o cotidiano da família e do ambiente escolar, poesias e textos ressaltando feitos patrióticos dos heróis

brasileiros, além da grande preocupação dos autores em engrandecer o Brasil, através de descrições e imagens das belas paisagens brasileiras e sua potencialidade para o progresso.

De acordo com análise empreendida por Bittencourt (2004), o envolvimento de intelectuais e políticos, do século XIX e primeiras décadas do XX, com a escrita de obras didáticas é praticamente ignorado pelos estudos literários ou biográficos que sobre eles são feitos. Considerada uma produção de pouco prestígio cultural, alguns intelectuais preferem não ver seu nome associado à composição de obras escolares e por isso omitem ou dão pouca importância a sua faceta de autor desse gênero de texto.

No entender de Bittencourt, neste período acontece uma renovação no modo de escrever os textos didáticos, resultante da mudança que ocorre em relação ao seu público-alvo.

O livro didático traz, desde sua origem, uma ambiguidade no que se refere ao seu público. O professor é figura central, mas existe o aluno. O livro didático não pode separá-los. A partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era [...] um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para os autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

É inquestionável, que entre as estratégias de divulgação das narrativas históricas sobre a nação brasileira está, sem dúvida, a elaboração de livros ou manuais didáticos. Segundo Rocha et al. o livro didático de História é entendido como portador de um discurso historiográfico:

dada sua importância como mediador no processo ensino-aprendizagem em diferentes tempos. Longe de representar uma mera transposição didática dos conhecimentos produzidos no âmbito da academia, é um dos frutos do processo de interpelação, tensa, entre a escola e a academia. O livro didático resulta da apropriação seletiva do conhecimento histórico a ser ensinado no espaço escolar (ROCHA et al., 2009, p. 9,10).

Segundo Bittencourt (1989), a análise da produção didática é importante via para recuperar a História do ensino, documento e instrumento privilegiado para o estudo das concepções político-educacionais. No Pará foi bastante significativa a contribuição dos intelectuais do IHGP na elaboração de livros e manuais didáticos, na Primeira República. Seguindo os passos de seu par nacional, o IHGB, estava preocupado em produzir, publicar e ensinar a História, como vias de criar uma memória histórica e garantir a integração nacional. (CARDOSO, 2013)

HYGINO AMANAJÁS E THEODORO BRAGA- A CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HISTÓRIA ENSINÁVEL

Os livros escolares estudados, foram utilizados e distribuídos no ensino primário no Pará na Primeira República, *Alma e Coração* de Hygino Amanajás² (publicado em 1900 e reeditado em 1905), e *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga (1917), sendo ambos profissionais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o primeiro participou de sua criação em 1900 e refundação em 1917, e o segundo foi secretário da instituição após 1917. Os dois autores coadunavam com discussões comuns à época, sobre o papel e a importância da educação, como vias de ensinar a disciplina moral e patriótica ao povo, conhecendo e valorizando as tradições nacionais, especialmente as republicanas.

Alma e Coração é claramente um livro voltado para o uso escolar, primeiro por ser um livro de leitura, seguindo as recomendações de políticos e intelectuais do período, como José Veríssimo, que desaconselhavam o uso de compêndios de História do Brasil para o ensino primário, sendo os livros de leitura os mais indicados para os alunos, recheados de ensinamentos cívico-morais, e com narrativas que atraíam o público leitor. Segundo, por ter sido inspirado no livro amplamente conhecido no Brasil do século XIX, e utilizado nas escolas de então, *Coração de De Amicis*. Adotando a estrutura narrativa do livro Italiano, em forma de missivas. E terceiro, pelo conteúdo dos aconselhamentos e prelações do professor, claramente preocupado em cultivar nos alunos virtudes ligadas a preceitos morais-religiosos.

² Antônio Hygino Cardoso Amanajás nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Abaetetuba, em 15 de junho de 1852, filho do coronel Antônio Cardoso Amanajás e de Vitória Maria da Silva Brabo Amanajás. Em Abaetetuba fez sua formação primária, e o secundário no Seminário Episcopal de Belém, sob a direção de D. Antônio de Macedo Costa, de quem era afilhado. Em Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Amanajás, iniciou sua carreira política, fazendo parte do diretório do Partido Conservador, sendo eleito deputado estadual em três legislaturas sucessivas até a proclamação da república. Esteve entre um dos cinco deputados que, em pedido de manifestação das Câmaras Municipais pela proclamação da república, votou por ela, junto com ele estavam neste ato: Domingos Olympio, Ignácio Moura e Raymundo Martins. Fundou e dirigiu por 10 anos o jornal “Abaetéense”, feito que tinha muito orgulho, deixou o jornal para organizar o Diário Oficial, a pedido do então governador do Estado Justo Chermont. Comandou o Diário Oficial do Estado por 26 anos, até 1917 quando se aposentou. Eleito deputado no primeiro governo do Dr. Lauro Sodré, servindo ao cargo até o governo do Dr. João Coelho. Foi autor de diversos projetos, entre os quais de sua autoria, está o que mandou adotar a bandeira do Clube Republicano como bandeira do Estado, ato realizado em sessão de 03 de junho de 1898. Colaborou em diversos jornais da capital, e como sócio do Instituto Histórico e Geográfico e da Santa Casa de Misericórdia. Entre suas produções: *Contos e Lendas paraenses* (s.d), *Noções de Educação Cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará* (1898) e *Alma e Coração* (1900). (MOURA, 1915, p. 86; IOEPA 2009; Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”.)

Com preocupações claramente republicanas, Amanajás estabelece frequentemente na narrativa a oposição entre República e Monarquia, vinculando a República à modernidade, ao progresso da cidade de Belém e das instituições aqui existentes. Quanto a essa última, está vinculada necessariamente a escravidão, ao atraso econômico, social e das instituições de ensino.

Estimula nos alunos o amor a pátria e o estudo de História Pátria, necessários para conhecer o passado da nação, seus principais acontecimentos, e o conhecimento de seus heróis com conduta patriótica exemplar, a quem a mocidade deveria se inspirar, por suas ações grandiosas e abnegadas em favor da nação. Recheado de intenção educativa, cívica, patriótica e social, o livro *Alma e Coração* atribui grande valor a família, a escola e ao trabalho, necessários a conduta social do cidadão republicano.

Enquanto o livro de Amanajás tem como pano de fundo a cidade de Belém na virada do século XIX, “modernizada pelo progresso material”, pouco ou quase nada trata de assuntos de História da Amazônia, ou quando muito, esses assuntos são citados de maneira vaga e superficial, como a Adesão do Pará a Independência, rapidamente citada como data a ser lembrada. (AMANAJÁS, 1905).

O livro de Theodoro Braga³, por outro lado, elaborado 15 anos após *Alma e Coração*, momento em que já havia um forte clamor entre a intelectualidade local por temas regionais,

³ **Theodoro José da Silva Braga**, paraense de Belém, nascido em 8 de junho de 1872. Após seu fértil período em sua cidade natal, volta ao rio de janeiro em 1921, tornando-se professor na Escola Nacional de Belas Artes e onde passa dirigir interinamente o Instituto de Formação profissional João Alfredo. Em 1926 torna-se catedrático da Escola de Belas Artes de São Paulo, instituição da qual participa da fundação. Falece na cidade de São Paulo em 1953. Entre suas produções: *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1908; O Município de Breves (1738-1910): monografia organizada com o estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas. Belém: G. de Torres, 1911; Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915; Guia do Estado do Pará. Belém: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1916; Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.; História do Pará: Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Além de publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará até 1920, como: *A arte decorativa entre os Selvagens da foz do Amazonas?* (RIHGP,1917); *História do Pará- Mais dos Capitães- Mores no governo da Capitania do Pará* e “ *Jornais Paraenses*”- de 1908 e 1918 (RIHGP,1920); publicou também no Anuário de Belém de Ignácio de Moura, em comemoração ao Tricentenário da Fundação da cidade de Belém, com o trabalho: *A arte Brasilica através da Cerâmica da Ilha de Marajó.*(MOURA, 1915).*

na tentativa de demarcar nossas singularidades e especificidades, aborda assuntos de “História Pátria regional”, como alerta o autor em prefácio, demarcando as origens da cidade de Belém e seu passado colonial.

Apostilas de História do Pará, apesar de está direcionada aos dois públicos, a alunos e professores primários, pelos assuntos abordados e pela forma de abordá-los, podemos inferir que há um objetivo claro de formação do professorado local, ao tratar da origem do ensino primário no Pará, a importância do mestre-escola e o papel da mulher na educação. (BRAGA, 1915). Estas temáticas, aparentemente desconectadas dos assuntos anteriormente tratados sobre a História colonial e a fundação da cidade de Belém, demarcam nossa evolução social, marcados pelo progresso da instrução e evolução do ensino primário no Pará, dimensionando o papel histórico dos professores de missionários da pátria, e de formação do cidadão cívico-patriótico que o Estado queria. Para isso, lembra o papel importante dos jesuítas na educação e o papel abnegado na “domesticação” dos índios, não só no ensino da fé, mas também no ensino da língua e de hábitos. (BRAGA, 1915).

Ao retratar os marcos de origens da cidade de Belém, suas origens históricas, buscava demarcar nossa identidade, dando a unidade necessária para a continuidade de uma trajetória gloriosa, amparada pelo progresso e pela civilização. A educação, os conhecimentos de História Pátria, das nossas narrativas históricas, seus feitos e heróis, seriam fundamentais neste processo.

O saber de história escolar, construído pelos autores, pode ser caracterizado pelas escolhas dos assuntos, selecionando conhecimentos dignos de serem veiculados, construindo-se uma memória histórica positiva da nação; pela forma de abordá-los, em uma busca incessante de conhecer o passado, e seus heróis, para que exemplarmente ele pudesse ser utilizado no presente; pela estrutura simples e objetiva da narrativa; e pela finalidade educativa por meio da História Pátria presente em ambas as obras, com conteúdos de supervalorização do patriotismo, para a conformação dos ideais nacionais, legitimadas pela História. Assim, determinados fatos e heróis são valorizados em detrimento de outros, inventando-se tradições nacionais, característica comum à literatura didática do período em estudo.

Esses conteúdos foram intencionalmente construídos e legitimados pelo Estado, que direcionavam, neste contexto, o que deveria ser veiculado por livros e ensinado por professores, através de um mecanismo de controle e avaliação dos livros que poderiam ser aprovados e adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. *Alma e Coração* e *Apostilas de História do Pará*, deste modo, com o aval oficial, vão contribuir para validar um tipo de História e um tipo de narrativa histórica, tida neste momento como ensinável, condizente com projeto político patriótico republicano.

Com a aceitação do Conselho e tendo sido transformado em obras impressas, esses livros entraram em circulação e foram lidos por professores e alunos paraenses, estabelecendo e veiculando conteúdos oficiais, em um período em que essa produção era considerada ferramenta fundamental para o desempenho da função docente.

Amanajás, em prefácio da segunda edição, demonstra a grande aceitação de seu livro de leitura, pela família, pela escola, por professores.

Este livrinho foi recebido pelo público da minha terra com uma benevolência, que me confunde e me desvenece. A família e a escola deram-lhe significativo acolhimento; pois em três annos exgottou-se a primeira edição de cinco mil exemplares. De professores e particulares recebi congratulações animadoras, que me deram coragem para fazer uma segunda tiragem [...]. (AMANAJÁS, 1905, p.1).

Tendo sido editado inicialmente pela livraria Clássica, que assemelhava-se no Pará a Francisco Alves no Rio de Janeiro, e posteriormente pela Imprensa Oficial, o sucesso editorial do livro de Amanajás, e sua grande aceitação na escola, por professores, na família e pela oficialidade, pode ser medida por está entre os *Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903*, sendo direcionado para o uso dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado no 2º ano do curso Elementar, constar na relação de livros oficiais em 1919, direcionado ao 4º ano do curso do Elementar primário, e por ter esgotado em três anos cinco mil exemplares. (A ESCOLA, 1903, p. 260; O ENSINO, 1919, p. 199).

Apostilas de História do Pará por sua vez, foram impressas e distribuídas impulsionada pelo intenso movimento cívico-patriótico que tomou conta de políticos e intelectuais locais, em comemoração ao tricentenário de Belém, momento em foram executadas várias ações com esse intuito, como a elaboração de livros, panfletos, galerias históricas, hinos, e a própria fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, organizada

por um comitê patriótico, tendo em Theodoro Braga um de seus principais articuladores. Em prefácio Theodoro Braga revela o intuito da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública:

A Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, associando-se a numerosos outros factores commemorativos desta data, elaborou oportunas theses, [...] para serem estudadas, defendidas e explicadas [...]. Impressas e distribuídas essas theses, um propício movimento de entusiasmo patriótico se apoderou de todos os que amam esta sagrada parcella da patria comum. (BRAGA, 1915, p.11).

Com as transformações ocorridas nos programas prescritos para o ensino primário, após 1915, os temas de História Pátria regional foram não só instituídos nos programas de História, como também recomendava-se ao professor que primeiramente eles fossem abordados e depois os conteúdos de História Geral e Universal, mudança amplamente estabelecida com o regulamento do ensino primário de 1919, onde as temáticas de História do Pará são inseridas a partir do 2º ano primário Complementar. Compreendemos então, que essas transformações estão concatenadas a imprescindível necessidade em abordar e produzir temáticas locais pela intelectualidade, preocupações na qual Theodoro Braga e sua produção didática assumem importância capital.

Os saberes oficialmente veiculados legitimaram um determinado saber histórico escolar, através de livros e conteúdos prescritos, direcionando o que era digno de ser ensinado nas escolas paraenses. Esse olhar a que me propus lançar luzes sobre a constituição da História escolar no Pará Republicano, certamente não consegue abarcar a complexidade da constituição deste saber/disciplina, ao menos desvelar um tipo de História escolar, concebida como ensinável por intelectuais e pela oficialidade. (ROCHA, 1996).

Resultado de uma seleção intencional feita pelo Estado, esses conteúdos passaram a ser vistos como os únicos saberes válidos a serem ensináveis por professores, e apreendidos por alunos das escolas públicas do Estado, através de leitura, de aulas explicativas, e da memorização e reprodução de dados e fatos. (ROCHA, 1996).

Estabelece-se nesse momento uma espécie de “pedagogia da nacionalidade” claramente preocupada com a afirmação do ideário político republicano. Para tal era necessário reconstruir o passado, mais precisamente o passado histórico da nação, que precisava ser ensinado, através de uma narrativa acessível e recortada, pautada nas ações exemplares dos heróis nacionais, fatos e datas que remetessem a uma memória positiva do

país e direcionasse ações futuras. Construindo, deste modo, uma “escrita “moderna” da História, voltada para um projeto de futuro, mas que não abandona a dimensão do exemplo e a concepção de ser uma “mestra da vida”, ao menos de uma vida republicana”.(GOMES, 2009, p. 120)

Podemos inferir que *Alma e Coração* e *Apostilas de História do Pará*, de Hygino Amanajás e Theodoro Braga, foram de grande relevância para a escrita da História escolar ensinável no Estado do Pará. Possuindo estreitas ligações com o poder educacional instituído, participes desse processo, suas produções tinham claros intuítos civilizatórios e de legitimação da ordem, através de uma História Escolar voltada para a criação de uma memória histórica, de manutenção e conformação dos ideais nacionais e de “invenção de tradições”. O “lugar” da produção desse saber, atrelada à oficialidade e ao IHGP, foram determinantes para a concepção de História construída, e para formação de “almas e corações”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

1-Obras Impressas:

AMANAJÁS, Hygino. *Noções de educação cívica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará*. Typ. Do Diário Oficial. Belém-PA, 1898.

_____. *Alma e Coração*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial, 1905.

BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*. Belém: Secção de Obras d`a província do Pará, 1908

_____. *Apostilas de História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

MOURA, Ignácio. *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará, Belém.

Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903. *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém, Imprensa oficial. Anno 4, num. 36, 31 de março de 1903, p.260.

O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura, Belém

Decreto que resolve mandar adotar nos estabelecimentos de ensino primários livros didáticos para o ano de 1919. Decreto: 3.356O *Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 11- 2ª fase, 1919, p.199. ENSINO, 1919.

MAÇAL, Antônio. O Ensino. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 1- 2ª fase, 30 de junho, 1918, p. 1 e 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe M. F. Produção Didática e programa de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. *R. Fac. Educ.* São Paulo. 15(2): 167-187. Jul/dez de 1989.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

_____. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: *O Saber histórico na sala de aula* / Circe Bittencourt (org). São Paulo. Contexto, 2006.

BRANCO, G; MALACARNE, V. *A questão da identidade nacional brasileira na obra história geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen: cultura e educação*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.95-112, dez.2008 - ISSN: 1676-2584

CARDODO, W.C.R.. "Alma E Coração": O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do Corpus Disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900-1920) UFPA/PPGED.2013

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e Ideologia: O IHGB e a República (1889-1891)*. Belém, Serviço de Imprensa Universitária, 1981.

_____. *No Coração do Povo: O monumento da República em Belém*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

COSTA. Eliezer Raimundo de Souza. *Saber Acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século xx*. UFMG/ Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 - 1910)/ Carlos Humberto Alves Corrêa- Campinas-SP: 2006.

_____. Manuais, paleógrafos e livros de leitura: Com quais matérias se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?. Seminário "Constituição do leitor": memórias. Projeto Memória de Leitura-ALLE. Campinas: UNICAMP, 2005

FURET, François. *O nascimento da História*. In *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva s/d.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

_____. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*/Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira (Org.)- Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *A presença do instituto histórico e geográfico brasileiro no campo da educação superior: o projeto da academia de altos estudos - faculdade de filosofia e letras: (1916-1921)*. Revista de História 141-FFLCH-USP, 1999, 91-100.

_____. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*/Felipe Tavares de Moraes. UFPA/PPGED.2011.

MOREIRA, Eidorfe. O Livro didático paraense (breve notícia histórica). In: *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira*. Vol.VI, Belém: Cejup, 1989.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, p. 143-162, set/ago,1993.

_____. O Ensino de História e a pedagogia do cidadão. In: *O Ensino de História e a criação do fato*/ Jaime Pinisky (autor e organizador). 14 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. I Seminário Brasileiro sobre o livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da Rocha. *A trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837-1942)*. Mestrado em Educação: supervisão e currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. 2ª Edição .Belém: Paka-Tatu, 2002

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: IDESP , 1989.

VIDAL. Maria Cristina Fonseca Ribeiro. Imagens recortadas: os protagonistas da história do Brasil na narrativa didática de Jonathas Serrano. In: *A história na escola: autores, livros e leituras (Introdução)*/Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo Magalhães (org.)- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009